

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 595 - Brasília, terça-feira, 25 de novembro de 1997

## Senadores debatem novo Código e fazem sugestões

*No segundo dia de discussão em plenário, Cabral, Elcio, Rocha, Benedita, Dutra e Fogaça comentam proposta. Josaphat pede a todos que meditem sobre emenda que trata do incesto*



Na tribuna do Senado, Josaphat analisa sugestões dos parlamentares e pede debate sobre a situação dos filhos nascidos de relação incestuosa

O meio de viabilizar a aprovação do novo Código Civil, e não condená-lo a mais uma década de exame legislativo, foi descoberto pelo próprio relator, senador Josaphat Marinho. O ponto de vista foi defendido pelo senador José Fogaça ao considerar viável a aprovação das mudanças na Câmara, para onde a matéria retornará após exame pelo Senado. A proposta foi analisada também pelos senadores Bernardo Cabral, Sebastião Rocha, Elcio Alvares, José Eduardo Dutra e Benedita da Silva. O relator sugeriu aos senadores que reflitam sobre a emenda que trata do incesto. Páginas 4 e 5

### Benedita cobra providências do governo contra trabalho infantil

Preocupada com a realidade de milhões de crianças exploradas no trabalho, a senadora Benedita da Silva pede providências ao governo. Página 6

### Privatização, tema de audiência

PÁGINA 2



Na entrevista, Antonio Carlos garantiu que seu candidato à Presidência continua sendo Fernando Henrique

### Orçamento fica pronto até 10 de dezembro

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, previu ontem que até o dia 10 de dezembro o Orçamento da União estará votado - "coisa que não acontece no Congresso há 10 anos, assim como não se via uma sessão de final de semana há 30". Antonio Carlos desmentiu o noticiário que o apontava como aspirante à Presidência da República. Página 8

*A privatização das estatais de energia elétrica é o tema, esta manhã, da audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle*

## Mendonça de Barros explica vendas no setor energético

A Comissão de Fiscalização e Controle reúne-se às 10h de hoje em audiência pública, com a presença do presidente do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros, que deverá prestar esclarecimentos sobre as operações relacionadas à privatização de empresas estatais de energia elétrica. A comissão é presidida pelo senador João

Rocha (PFL-TO). Às 17h, estará reunida a Comissão Especial para o Desenvolvimento do Nordeste, presidida pelo senador Beni Veras (PSDB-CE), realizando debate sobre *mosca*

branca ou *mosca-das-frutas*, tendo como convidados o chefe do DPD da Embrapa, Márcio Miranda; o chefe do Cenagen, Afonso Celso Valois; e a pesquisadora da Embrapa, Maria Regina Vilarinho.

**Presidentes do BNDES, Sebrae e técnicos da Embrapa estão entre as personalidades que falarão em reuniões das comissões, hoje**

Em seguida, aprecia o Projeto Semi-Árido: Proposta de desenvolvimento sustentável da bacia do São Francisco e do semi-árido nordestino.

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul reu-

ne-se às 14h30 para apreciação dos relatórios de diversos projetos, destacando-se o PL nº 55/96 - Complementar, que torna obrigatória a inclusão do ensino da língua espanhola nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.

A Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 1601/97 - cria o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC, realiza esta manhã, às 10h, audiência pública com os presidentes do Sebrae, Pio Guerra; do Simpe, Joseph Coury, e da Monampe, José Tarcísio da Silva.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

11h - Despacho interno

15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Discussão em turno único do "PLC nº 118/84 - que institui o Código Civil

### COMISSÕES

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1601/97 - cria o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC

Pauta: Audiência pública com os presidentes do Sebrae, Pio Guerra; do Simpe, Joseph Coury, e da Monampe, José Tarcísio da Silva. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Audiência pública com o presidente do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros, com a finalidade de prestar informações aos membros da comissão sobre as operações relacionadas à privatização de empresas estatais de energia elétrica. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

10h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1602/97 - altera a legislação tributária federal

Pauta: Eleição do vice-presidente e discussão da matéria. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1595-14/97 - altera dispositivos das Leis nºs. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; 8.460, de 17 de setembro de 1992; e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954

Pauta: Discussão da matéria. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho

14h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1599-38/97 - dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742/93, que

dispõe sobre a organização da Assistência Social Pauta: Discussão do relatório. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

14h30 - Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: Apreciação dos relatórios de diversos projetos, destacando-se: "PL nº 55/96 - Complementar, que torna obrigatória a inclusão do ensino da língua espanhola nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus. Plenário 15 - Anexo II - Câmara dos Deputados

15h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Requerimentos: senador Ernandes Amorim e deputado Sérgio Miranda

Projetos de Lei de Créditos Adicionais: PLN nºs 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 44, 45, 47, 48, 49, 58 e 66/97 - CN. Plenário nº 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados

15h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1600/97 - dispõe

sobre a utilização dos dividendos e do superávit financeiro de fundos e de entidades da administração pública federal indireta

Pauta: Discussão da matéria. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

16h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1598/97 - dispõe sobre exportação indireta

Pauta: Apreciação do parecer de mérito (relator). Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão Especial para o Desenvolvimento do Nordeste

Pauta: 1ª parte: Debate sobre *mosca branca* ou *mosca-das-frutas*. Convidados: chefe do DPD da Embrapa, Márcio Miranda; chefe do Cenagen, Afonso Celso Valois; pesquisadora da Embrapa, Maria Regina Vilarinho

2ª parte: Projeto Semi-Árido: Proposta de desenvolvimento sustentável da bacia do São Francisco e do semi-árido nordestino. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

## Amin propõe ação social rápida para frear bolsões de miséria em Santa Catarina

Uma solução rápida para os bolsões de miséria de Santa Catarina foi cobrada pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC), ao afirmar que "a atual crise das finanças públicas, somada à grave crise financeira internacional, tem restringido a atuação do governo federal na solução de muitos problemas sociais inadiáveis".

O senador apontou como principais causas dessa situação "o abandono e a descapitalização da agricultura do estado, que não tem recebido o devido apoio das autoridades governamentais". Amin afirmou ter recebido do vereador catarinense Alcino Vieira cópia de requerimento, endereçado ao presidente Fernando Henrique Cardoso, solicitando providências para a melhoria das condições sociais da capital do estado.

A cidade de Florianópolis já foi considerada uma jóia entre as cidades brasileiras por desfrutar de boas condições de habitação, em termos de saúde, educação, alimentação, infra-estrutura sanitária, transporte, moradia e demais comodidades que constituem uma cidade moderna. Infelizmente, nos dias de hoje, a cidade apresenta indicadores sociais muito negativos, com bolsões de miséria piores do que os existentes em grandes centros



Amin: degradação urbana e social

como Rio de Janeiro e São Paulo - afirmou.

Para Amin, a consequência direta desse quadro é o aumento da marginalização, da exclusão social e da prostituição e desnutrição infantil. De acordo com o senador, Florianópolis tem hoje um grande número de migrantes morando em locais inadequados, sem qualquer condição sanitária, além de muitas pessoas vivendo nas ruas, pedindo esmolas e consumindo drogas.

Esperidião Amin disse também que o estado ainda sofre os efeitos das enchentes, com risco de desabamento de grandes pedras que circundam Florianópolis. Ele acentuou que Santa Catarina não dispõe de uma estrutura física em condições de enfrentar os problemas decorrentes do El Niño, "que ameaça principalmente a população mais pobre".

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade



Senador teme cortes na Fundação Nacional de Saúde, no Acre, o que deixaria a população vulnerável a doenças como a malária

## Demissão de servidores prejudica área de saúde

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) advertiu ontem que a "demissão irresponsável" de servidores públicos em áreas importantes, como a sanitária, "pode resultar em danos terríveis para a sociedade, muito maiores e mais importantes do que qualquer economia pecuniária que possa reverter em proveito dos cofres públicos".

A medida provisória das demissões dos servidores não-estáveis não tem encontrado a mesma ressonância, por exemplo, do aumento do Imposto de Renda. Não importa quão estridentes sejam as pressões dos que exigem cortes generalizados e irresponsáveis: temos o dever de cumprir o compromisso assumido junto à sociedade e às instituições de trabalhar pelo progresso do país e pelo bem-estar do povo - disse.



Nabor: "Se demitidos pais de família, o que comerão seu filhos?"

Nabor Júnior lembrou que a representação da Fundação Nacional de Saúde no Acre tem menos de 600 funcionários e está na iminência de cortes no seu pessoal. "Esses servidores vêm prestando relevantes serviços no combate aos vetores de doenças epidemiológicas e ao maior de todos os males da região Norte, que é a malária", assinalou.

- Além dos grandes prejuízos para toda a coletividade,

que ficará exposta à disseminação de doenças altamente malévolas, os demitidos e suas famílias serão vítimas de tremenda injustiça, pois dentro do quadro da fundação no estado não existe nenhum marajá ou funcionário ocioso, sendo todos cidadãos de bem e pais de família que estão preocupados com a situação, pois, se forem demitidos, o que poderão dar de comer a seus filhos? - questionou.

## Crise atual estava prevista desde 1994, afirma Suplicy

Ao reclamar que não teve direito de réplica, no sábado, ao interpelar os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Antônio Kandir, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) refutou ontem o entendimento de que nenhum economista previu a atual crise econômica.

Ele observou que houve quem previsse a crise mesmo quando o Brasil tinha saldo na balança comercial, sustentando que inúmeros economistas identificaram problemas caso não houvesse a valorização real do câmbio.

Suplicy lembrou seminário ocorrido em dezembro de 1994, no Palácio do Itamaraty, onde o economista Paulo Nogueira Batista citou Albert Fishlow para admoestar: "Movam a taxa de câmbio no início do processo de estabilização".

Segundo o senador, Paulo



Suplicy: "Crise prevista, antes mesmo do déficit na balança"

Nogueira Batista também teria previsto déficit na balança comercial, antecipando até um desequilíbrio em conta corrente da ordem de 4% do PIB, ou seja, uma forte dependência de capitais externos. Conforme Suplicy, na ocasião em que era dado esse alerta, o presidente Fernando Henrique Cardoso refutou a hipótese de um desequilíbrio entre exportação e importação.

Numa análise das respostas dadas pelo ministro Malan na audiência de sábado, Suplicy

criticou o fato de que as únicas medidas para combater o agravamento da crise social decorrente da recessão sejam as providências do programa "Brasil em Ação".

Na opinião do senador, o governo prefere desenvolver esforços para socorrer instituições financeiras. Conforme Suplicy, o governo é extremamente ágil em resolver problemas do mercado financeiro e excessivamente lento em atender às reivindicações dos trabalhadores.

## Ronaldo critica o custo social das medidas econômicas

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) disse que a preservação da política econômica e da moeda não pode ser buscada a qualquer custo, ao salientar que algumas medidas do ajuste econômico feito pelo governo não foram "muito felizes".

- Não há como discutir a necessidade de uma ação pronta e eficaz como a que foi empreendida. A defesa da política econômica e, principalmente, da estabilidade do real é inquestionável. Contudo, agora que se pode analisar com mais calma a ação das autoridades econômicas, verifica-se que nem todas as medidas foram muito felizes - afirmou.

Entre as medidas mais questionadas por Ronaldo está a redução de 12,5% na dotação para bolsa de ensino e pesquisa e o corte dos incentivos fiscais destinados à ciência e tecnologia. Segundo o senador, essa decisão não parece ser a mais acertada, pois esse valor representa 0,5% do total do que o governo pretende economizar com o ajuste - R\$ 20 bilhões.

- Ademais, esses cortes colidem com a política de capacitação, atualização e modernização do parque industrial brasileiro para que ele possa competir melhor no mercado internacional - acrescentou Ronaldo.

Outro ponto que não convence o senador é a pretendida demissão de 33 mil funcionários públicos não-estáveis. De acordo com Ronaldo Cunha



Ronaldo questiona medidas

Lima, o custo social causado pela medida não compensa a economia do governo. "Parece-me caro demais lançar 33 mil famílias a uma situação de penúria, num momento de altas taxas de desemprego", observou.

A elevação do Imposto de Renda da Pessoa Física também é criticada pelo senador. Conforme acentuou, essa medida incidirá apenas em 7% da população economicamente ativa. "Trata-se da classe assalariada cujo imposto é retido na fonte, e que, por isso, não escapa do seu pagamento", destacou.

Outra questão levantada pelo senador diz respeito ao corte de 50% nos incentivos fiscais dos fundos de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia (Finor e Finam) e do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (Funres). "Todo tratamento de realidades desiguais já traz em si a possibilidade de injustiça ou mesmo de ser solução cujo benefício é incerto", advertiu.

## Pesar pela morte de jornalista cearense

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) solicitando a inscrição, nos Anais da Casa, de voto de profundo pesar pela morte do jornalista Antônio de Pádua Campos e o envio de condolências à família e ao jornal *O Povo* (CE), de For-

taleza.

Conforme o senador, Antônio de Pádua Campos foi deputado estadual pela UDN, membro do Tribunal de Contas do Ceará, "mas, sobretudo, jornalista". Seu desaparecimento, acrescentou, "consterna as classes política e jornalística cearenses".

## CÓDIGO CIVIL

No plenário, seis senadores fizeram ontem comentários e sugestões a respeito do novo Código Civil. Ao final, relator foi à tribuna para analisar sugestões e questionamentos dos parlamentares

## Fogaça: bom senso e saber garantem êxito do texto

O senador José Fogaça (PMDB-RS) afirmou ontem que o meio de viabilizar a aprovação do Código Civil, e não condená-lo a mais uma década de exame legislativo foi descoberto pelo próprio relator, senador Josaphat Marinho (PFL-BA). Este, enfatizou Fogaça, optou sábia e moderadamente pela forma plausível de codificação civil, baseada "nos conceitos médios, razoavelmente majoritários, prevalentes no inconsciente coletivo da sociedade brasileira".

Há muitos senadores que querem introduzir elementos novos, mas de pequeno nível de consenso na sociedade. A opção minimalista e básica do relator é correta e a Câmara não terá problemas em aprová-la - frisou.

Fogaça também afirmou ser indispensável ressaltar o papel marcante do ex-senador Nelson Carneiro na longa tramitação do código,



Fogaça: elogios ao relator do novo Código

iniciada em 1984. "Ele tinha apreço, cuidado e atenção redobrada pelo código, que muitas vezes se traduzia externamente como uma suposta insistência inútil".

## MÉDIA

Para José Fogaça, o novo Código Civil está sendo viabilizado porque o relator incorporou conceitos inteiramente consolidados nos direitos civil e da família. "O caminho é este, o da média do pensamento que prevalece na razoável maioria da sociedade brasileira", reiterou.

As inovações incorporadas ao Código não são capazes de criar qualquer perplexidade ou espanto, acrescentou, exemplificando com a distinção entre a concubina e a mulher que integra uma união estável. Na opinião do senador, trata-se de inovação de "extrema sabedoria e bom senso, um dos achados sobremodo inteligentes do relator".

Fogaça registrou também a presença, na tribuna de honra do plenário, da viúva de Nelson Carneiro, Carmen Carneiro.

Em aparte, o senador Josaphat Marinho agradeceu a Fogaça pelo juízo sobre seu trabalho e declarou que "por vezes tive mesmo de conter meu pensamento pessoal, por entender que a boa técnica recomendava adotar a média do pensamento geral. Limitei-me ao essencial". O relator citou o caso de duas leis recentes referentes à união estável, "que estão sendo contestadas e consideradas impróprias", pois extravasaram essa limitação necessária.



Rocha: excelência do trabalho do relator

## Rocha pede e recebe explicações sobre documentos eletrônicos

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) pediu e obteve resposta favorável, ontem, de que o relator-geral do projeto do Código Civil considere a garantia jurídica dos documentos produzidos por meio eletrônico, como já acontece com as provas constituídas por microfílimes.

Rocha disse que tramita na Câmara projeto de sua autoria, já aprovado no Senado, dispondo que documentos arquivados por meio eletrônico tenham valor de prova, resguardadas as cautelas necessárias à garantia de sua autenticidade.

Ele argumentou que no mundo todo já se faz o gerenciamento eletrônico de documentos, sendo inevitável que a lei preveja a garantia de sua validade jurídica. Depois de elogiar a excelência do trabalho produzido pelo relator, ele pediu "que o senador Josaphat Marinho dissesse o que pensa de a legislação brasileira vir a dar garantia de prova a esses documentos".

## FAVORÁVEL

Ao responder às indagações apresentadas por senadores ao longo da sessão de ontem, o relator Josaphat Marinho garantiu que o projeto do Código Civil reconhe-

ce os registros fonográficos ou quaisquer reproduções mecânicas ou eletrônicas de fatos ou coisas como provas, desde que não impugnadas.

Ele explicou que não há incompatibilidade entre o texto do novo Código e o projeto de lei de Sebastião Rocha. Como exemplo, disse que incluiu no texto uma norma permitindo que os títulos de crédito possam ser emitidos por computador, desde que esses dados constem da escrituração da empresa.

- Não me parece que, elaborando um código no final do século XX, pudessem desprezar recursos técnicos que fazem parte da vida das pessoas e das empresas. Se necessário for, leis especiais estabelecerão pormenores a respeito disso.

Josaphat também explicou que, quando se tratar de uso indevido dos meios eletrônicos para a produção de provas, isso já não estará na alçada do direito civil, mas na do direito penal, que pune o uso de provas ilegítimas. No âmbito do direito civil, prosseguiu, o que se pode estabelecer é que as provas são válidas à medida que sejam legítimas.

## Cabral: homenagens ainda estão aquém do que Josaphat merece

"Vossa Excelência tem uma entrevista marcada com a posteridade", disse o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), ao elogiar o trabalho do senador Josaphat Marinho na relatoria do Código Civil. Ele traçou a cronologia desse projeto no Legislativo, elogiando os vários civilistas que nele trabalharam e enaltecendo o significado da matéria.

- No dia em que o Código Civil sair da Câmara e for sancionado, essa legislatura vai se impor não como a que não produz o que o povo exige, como muitos dizem injustamente, mas como aquela

que está rigorosamente atenta aos anseios populares.

Conforme Bernardo Cabral, a Constituição garante os direitos fundamentais, mas é o Código Civil que os concretiza. Argumentando que o Código é fundamental para resguardar os direitos constitucionais, ele indagou: "Como a Constituição protegeria os cidadãos se o Código Civil não regulasse os direitos do cidadão?"

Lembrando que, pelo novo Código, o marido deixa de ser o chefe da sociedade conjugal e que a maioria civil é antecipada para 18 anos, o sena-



Cabral: entrevista com a posteridade

dor disse que todas as homenagens prestadas até agora a Josaphat Marinho ainda estão aquém do que ele merece.



## CÓDIGO CIVIL

## Josaphat apela por reflexão sobre incesto

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) pediu ontem, no final do segundo dia de debate da proposta, que os senadores meditem sobre a emenda que aceitou, retirando da legislação o artigo que trata do reconhecimento da filiação incestuosa para efeito de pensão alimentícia. Com a emenda, não haverá no Código referência ao assunto.

- Podemos desconhecer a possibilidade do filho incestuoso? Se se verificar a



Josaphat: qual será o direito? ocorrência do filho incestuoso, qual será o seu direito?

O Código Civil silencia por inteiro sobre o problema, disse o senador, que informou ter decidido pela emenda porque a Constituição de 88 igualou todos os filhos, eliminando referências a "legítimos", "ilegítimos" e "naturais".

Sete senadores trataram do Código Civil em plenário. Josaphat foi à tribuna ao final para comentar sugestões e questionamentos dos parlamentares, quando informou sobre a emenda referente a

filhos de incesto:

"Quero que meditem sobre o assunto e possamos fazer um debate sobre o problema, inclusive para a minha tranquilidade", afirmou.

O projeto do Código Civil está hoje novamente em debate e a votação deverá acontecer amanhã. O relator-geral aceitou 366 emendas de senadores e apresentou outras 127, as quais modificam os 2.073 artigos do atual Código.

## Dutra aponta retrocesso em um artigo

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, lamentou que o artigo 1.276 da proposta do novo Código Civil não incorpore o conteúdo da atual legislação sobre transferência de imóveis rurais abandonados pelos proprietários. O artigo estabelece que passarão à União em cinco anos, mas Dutra informou que uma lei de 1981 já reduziu esse prazo para três anos.

- Caso seja mantida essa re-

dução, será um retrocesso - observou José Eduardo Dutra. O líder oposicionista disse ainda que os senadores aprovaram recentemente projeto do senador Lauro Campos (PT-DF) reduzindo os atuais três anos para dois.

Josaphat Marinho, relator-geral do novo Código Civil, informou que tanto a legislação de 1981 quanto o projeto de Lauro Campos não foram anexados ao projeto do novo Có-

digo e, assim, não foram considerados.

Dutra manifestou intenção de propor uma mudança para reduzir o prazo, enquanto Josaphat Marinho opinou que um tempo "muito reduzido" pode criar situações de injustiça. O relator lembrou que, nos períodos de secas, proprietários de pequenas áreas do Nordeste costumam abandoná-las, para tentar sobreviver em outras regiões.



Dutra: discordância com prazo

## Elcio diz que o texto "honra o Senado"

Para o senador Elcio Alves (PFL-ES), líder do governo no Senado, o trabalho do senador Josaphat Marinho (PFL-BA) na relatoria geral da comissão especial que preparou o novo Código Civil "honra o Senado" e reafirma a capacidade jurídica do parlamentar baiano. "Como afirmou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, Josaphat Marinho vive momentos de glória", disse. Elcio Alves propôs que o presidente do Senado e lideranças partidárias "se empenhem na convocação cívica do presidente Michel Temer e dos deputados", para que o Código Civil seja aprovado na Câmara ainda no ano que vem. "O Brasil precisa de um texto definitivo do Código Civil", frisou.

## Benedita manteria idade para adoção

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) manifestou-se contrária à idéia de se aumentar de 21 anos para 25 a idade mínima para que uma pessoa possa adotar uma criança. O relator-geral do Código Civil, senador Josaphat Marinho (PFL-BA), decidiu propor essa idade em 25 anos. Hoje, o Estatuto da Criança e do Adolescente menciona 21 anos, apesar de o Código Civil de 1916 prever 30 anos.

Para a senadora, houve muita mudança nas últimas décadas e hoje pessoas de 21 anos costumam ter maturidade suficiente para cuidar de uma criança. Josaphat Marinho ponderou que, no geral, pessoas de até 21 anos não se encon-

tram sequer estabilizadas financeiramente para enfrentar uma adoção.

Em aparte, o senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB, concordou com Benedita da Silva, argumentando que pessoas de 18 anos podem se casar e, assim,

*A senadora ganhou o apoio de Jader Barbalho, líder do PMDB, ao defender a idade mínima de 21 anos para se adotar uma criança*

também deveriam ser autorizadas a adotar crianças. Francelino Pereira (PFL-MG) observou que "pessoas mais pobres adotam mais crianças que os ricos".

Josaphat Marinho não se convenceu e disse ter encon-

trado no Código Civil português a mesma idade de 25 anos para adoção restrita. "O conjunto que tenho da nossa sociedade não recomenda permissão para se adotar aos 21 anos. Em verdade, trata-se de um problema de caráter social e deve ser visto por vários ângulos. A adoção aumenta as responsabilidades, acarreta ônus, inclusive financeiro, e pessoas de 21 anos no geral não estão em condições de assumi-los", frisou o relator-geral.

Benedita da Silva perguntou ao relator se a nova redação dada ao artigo 1.610 não abriria espaço, no futuro, a dúvidas sobre possíveis pessoas geradas a partir da

clonagem. Josaphat disse que não, explicando não ter incluído o assunto no Código Civil por se tratar de tema com grandes controvérsias no mundo científico. "Se um dia a ciência chegar à legitimidade da clonagem, lei especial poderá tratar do assunto. Por enquanto, seria uma temeridade tratar da clonagem no Código Civil."

Em outro momento, Benedita da Silva quis saber se a inovação do direito de superfície (pelo qual o dono da terra poderá permitir, sob contrato, que outro construa na área) se aplicará às favelas. Josaphat Marinho disse que sim, manifestando opinião de que o direito de superfície poderá ser o caminho para a solução de problemas dos favelados.

*A senadora pediu ontem ao governo federal uma política de combate ao trabalho infantil e advertiu para os riscos envolvendo 3,5 milhões de menores que trabalham mais de 40 horas semanais*

## Benedita cobra mais atenção à criança

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) pediu ontem providências ao governo federal no combate ao trabalho infantil, que, segundo afirmou, é um fenômeno em expansão que "rouba a possibilidade de meninos e meninas sonharem e serem crianças". A ausência de políticas públicas, na sua opinião, está entre as principais causas dessa exploração, assim como a concentração de renda, baixos salários, altos índices de desemprego e miséria.

A senadora disse que somente com vontade política por parte do poder público se poderá enfrentar o problema do trabalho infantil. Ela lamentou os cortes do Orçamento da União para a área social e defendeu ações no sentido de incentivar o ingresso, a reintegração e a permanência da criança na escola. Benedita da Silva também propôs um trabalho de sensibilização da sociedade e da categoria empresarial sobre a questão, consolidando uma nova visão da criança e do adolescente como



Benedita: direito das crianças

sujeitos de direitos, que devem ser respeitados como pessoas em desenvolvimento e assim protegidos.

Benedita citou dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que acusam a existência, no mundo, de 250 milhões de crianças com idades entre cinco e 14 anos que trabalham, sendo 17,5 milhões latino-americanas. No Brasil, levantamento realizado pelo IBGE e pelo Unicef detectou 4,6 milhões de crianças e adolescentes que se dividem entre a escola e o trabalho, me-

recendo uma advertência da senadora.

Muitas delas trabalham em atividades perigosas, insalubres, com sérios riscos para a sua saúde e seu desenvolvimento. Muitos jovens são submetidos a jornadas de trabalho estafantes: cerca de 3,5 milhões de crianças e adolescentes, entre 10 e 17 anos, trabalham 40 ou mais horas semanais - assinalou.

Em seu pronunciamento, Benedita lembrou ainda a *Marcha Global contra o Trabalho Infantil*, lançada no Brasil no último dia 20, que a seu ver é um esforço mundial de mobilização que visa proteger e promover os direitos das crianças, "principalmente o direito de receber educação gratuita, e de viver livre da exploração econômica, bem como do trabalho que possa ser danoso ao seu desenvolvimento físico, mental, moral e social".

A *Marcha* chegará a Genebra, na Suíça, no dia 5 de junho de 1998, quando a OIT votará uma nova Convenção Internacional sobre trabalho infantil.

## Maldaner enaltece navegadores de SC

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou ontem que a viagem ao redor do mundo iniciada no dia 23, na ilha de Porto Belo, em Santa Catarina, pela família Schürmann, "honra o país, ao levar a Bandeira nacional durante três anos por todos os oceanos do mundo, realizando um registro histórico importante". A família de aventureiros catarinenses pretende refazer a rota que o navegador Fernão de Magalhães inaugurou em 1519.

Com o término previsto para o dia 21 de abril de 2000, em Porto Seguro, na Bahia, a viagem, conforme o senador, faz parte do projeto *Magalhães Global Adventure*, promovido pela comissão nacional responsável pela comemoração do 5º Centenário do Descobrimento do Brasil.

Maldaner lembrou que o português Fernão de Magalhães, há quase 500 anos, em

busca de um novo caminho para as Índias, acabou comprovando, mediante a descoberta do Estreito de Magalhães e a passagem do Oceano Atlântico para o Pacífico, que a Terra é redonda.

O senador relatou que os Schürmann se prepararam durante dois anos e utilizam um barco equipado com modernos equipamentos, podendo transmitir informações e fotos a qualquer ponto do planeta.

Aventureiros, estudantes e pesquisadores de todo o mundo vão poder acompanhar o curso dos Schürmann numa interação perfeita - comemorou.



Casildo Maldaner

## CONHEÇA O SENADO

### Importância da instituição remonta ao Império

O Senado teve atuação destacada no período imperial. Quase todos os regentes durante a menoridade de D. Pedro II foram senadores. A instituição teve também importante papel na manutenção da unidade do país, ao contribuir para debelar as rebeliões separatistas, ocorridas no século passado. A partir de 1847, quando foi criado o cargo de presidente do Conselho de Ministros (equivalente a primeiro-ministro), a função foi exercida por diversos senadores.

A criação do Senado brasileiro foi estabelecida pela Constituição de 1824. De

acordo com ela, o poder legislativo era delegado à Assembléia Geral, composta pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. Inspirado na Câmara dos Lordes da Grã-Bretanha e influenciado pela doutrina francesa de divisão e harmonia dos poderes do Estado, o Senado brasileiro começou a funcionar em maio de 1826. A primeira sede da instituição foi o Palácio Conde dos Arcos, adaptado para abrigar a Casa.

Cinquenta senadores vitálicos representavam as províncias em quantidade proporcional à população. Para se candidatar ao cargo de senador,

era necessário ser brasileiro nato ou naturalizado, ter idade mínima de 40 anos e rendi-

*Nomes ilustres da nossa História, como o Duque de Caxias e o Visconde do Rio Branco, já ocuparam uma cadeira no Senado*

mento anual não inferior a 800 mil réis. O imperador escolhia um senador de cada uma das listas tripliques com os candidatos eleitos nas províncias por votação indireta e majoritária. À exceção dos príncipes da Casa Imperial, senadores por

direito que tomavam assento aos 25 anos de idade, os senadores eram escolhidos com base na experiência de administração pública, serviços à pátria e nobilitação.

Já eram atribuições do Senado à época, fazer leis, autorizar o governo a contrair empréstimos e tomar o juramento quando da posse do governante, o que aconteceu em 1860, quando a princesa Isabel prestou juramento no Senado.

Entre os senadores do Império, destacam-se o padre Diogo Antônio Feijó, que foi

regente de D. Pedro II, o Duque de Caxias, que chegou ao Senado em 1845, e o Visconde do Rio Branco, autor da proposta da Lei do Ventre Livre, que aboliu em definitivo a escravidão no país, com a aprovação pelo Senado, em 1888, do projeto da Lei Áurea.

A primeira proposta concreta de transferir a capital do Brasil para a região central também partiu de um senador do Império, Holanda Cavalcanti, que, em 1852, propôs a construção da nova capital entre os rios São Francisco, Maranhão, ou Tocantins.

*Estão incluídos no projeto de revitalização casas que pertenceram a pioneiros, igrejas e prédios que guardam a memória da cidade*

## Bezerra quer recuperação histórica do centro de Cuiabá

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) solicitou ao Ministério da Cultura que financie projeto elaborado por professores e alunos da Universidade Federal de Mato Grosso visando à recuperação histórica de prédios do centro de Cuiabá. Para o senador, além de o trabalho produzido pela universidade ser digno do maior louvor, se implementado "permitirá ao povo cuiabano recuperar boa parte de sua história". Ele não poupou elogios aos autores do projeto:

- Vejam como é possível realizar grandes tarefas a partir de idéias simples. Uma professora universitária, um grupo de alunos, uma dose de motivação e uma pitada de idealismo. É o que pode ser feito em defesa de nosso patrimônio quando se tem motivação e dedicação - observou.

Segundo informou, estão incluídos no projeto prédios

**Carlos Bezerra:**  
motivação e idealismo na universidade



residenciais que pertenceram a pioneiros do desenvolvimento mato-grossense, igrejas que contam da religiosidade do povo cuiabano de dois séculos atrás e prédios públicos que guardam um pouco da história da organização social da cidade.

Depois de cumprimentar a Universidade de Mato Grosso pela iniciativa de preservar a memória da cidade, Carlos Bezerra recomendou aos co-

ordenadores da pesquisa que enviem o projeto a órgãos financiadores, como o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

- Espero firmemente que muito mais possa ser feito em prol da memória cuiabana, mato-grossense e nacional - concluiu.

## Emenda iguala aos índios os remanescentes de quilombos

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) apresentou proposta de emenda à Constituição que pretende garantir às comunidades remanescentes dos quilombos os direitos assegurados às populações indígenas. A emenda altera a denominação do capítulo da Constituição "Dos Índios" para "Dos Índios e das Comunidades Remanescentes dos Quilombos".

Pela proposta, a comunidade de descendentes dos quilombos que já têm reconhecida pela União a propriedade definitiva das terras que ocupam terão ainda os mesmos direitos dos indígenas, que, sob a autorização do Congresso Nacional, podem explorar e aproveitar os recursos hídricos e a



**Abdias Nascimento:**  
em defesa dos que habitam hoje os antigos quilombos

pesquisa e lavra de riquezas minerais em suas terras.

Ainda segundo a emenda, passa a ser função institucional do Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses dos remanescentes dos quilombos.

A proposição de Abdias Nascimento altera o texto constitucional também para

dispor que, na lei que tratará da autorização ou concessão da União para a pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, serão estabelecidas condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em terras ocupadas por aquelas comunidades.

## Boaventura aplaude venda de estatal em GO

O senador Albino Boaventura (PMDB-GO) elogiou a iniciativa do governador de Goiás, Maguito Vilela, de privatizar a Centrais Elétricas Cachoeira Dourada. "ajudando na redução do déficit público e na reorientação dos recursos dos impostos para as áreas prioritárias de investimento social e de infra-estrutura".

Boaventura disse que foram negociados, em leilão público especial, 79% do capital da empresa, tendo sido oferecidos aos empregados cerca de 2% das ações. Na opinião do senador, "ao oferecer aos empregados a possibilidade de passar à condição de sócios da companhia, o governo de Goiás revelou preocupação com a socialização e a democratização do capital da empresa privatizada".

De acordo com Boaventura, o dinheiro da privatização permiti-



**Boaventura: elogio ao governador**

rá, por exemplo, que o governo de Goiás faça a pavimentação das estradas por onde escoam a produção de alimentos do estado, reduzindo o preço final dos produtos agrícolas. Ele disse ainda que hospitais, escolas e delegacias poderão ser construídos, reformados e reequipados, com atendimento melhor às necessidades das comunidades carentes e a melhoria das condições de segurança da população.

## TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) sobre o projeto de lei que muda os planos e seguros de saúde (inédito)
- 7h30 - "Jornal da Amazônia" (reapresentação)
- 7h40 - "Senado em Pauta"
- 8h - Debate entre os senadores Júlio Campos (PFL-MT) e José Eduardo Dutra (PT-SE) sobre o 2º turno nas eleições para prefeitos e governadores (reapresentação)
- 9h30 - Entrevista com o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) (reapresentação)
- 10h30 - Sessão da Comissão Mista Especial para examinar a Medida Provisória 1602, que aumenta o Imposto de Renda da Pessoa Física (vivo)
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- Logo após: Sessão da Comissão Mista Especial para examinar a Medida Provisória 1601, que cria o fundo de garantia para promoção da competitividade (pré-gravado)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 1h - Debate entre os senadores Júlio Campos e José Eduardo Dutra (reapresentação)
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - "Jornal do Congresso" (reapresentação)
- 6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)

## RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Comissão de Fiscalização e Controle
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30



Presidente do Senado se anima com trabalho do Congresso no final de semana, promete aprovar o Orçamento até dia 10 e diz que seu candidato em 98 é Fernando Henrique

## Antonio Carlos nega candidatura ao Planalto

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, desmentiu ontem o noticiário que o apresenta como aspirante à Presidência da República, e reafirmou seu apoio à reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, "o candidato do meu partido". Antonio Carlos disse "achar graça" dessas especulações e reiterou que só tem a pretensão de conseguir um bom desempenho no cargo que ocupa.

- O presidente sabe que não sou candidato. Sou candidato apenas a ser um bom presidente do Senado. Meu candidato chama-se Fernando Henrique Cardoso - destacou o senador.

Empolgado com os "excelentes resultados" do trabalho parlamentar, e em especial com o comparecimento registrado no último final de semana, Antonio Carlos admitiu que nova jornada extraordinária deverá ser marcada no mês que vem.

- Até o dia 10 de dezembro vamos entregar o Orçamento da União, coisa que não acontece no Congresso há dez anos, assim como não se via uma sessão de final de semana há trinta - afirmou.

De acordo com a previsão do senador, todas as medidas provisórias do ajuste fiscal do



Antonio Carlos: apenas especulações

governo estarão votadas dentro do prazo de validade, sem a necessidade de reedição, inclusive a MP 1602, que trata

do aumento do Imposto de Renda das Pessoas Físicas. Essa medida já recebeu 320 emendas, em sua maioria contrárias à elevação do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, inclusive uma do presidente do Senado.

- Devemos suprimir esse ponto. Os assalariados já estão pagando muito, e o governo tem outras fontes além da pessoa física - reiterou.

Antonio Carlos confirmou que até amanhã (dia 26) pretende concluir a apreciação do projeto do novo Código Civil no Senado, mas não quis arriscar previsão sobre a possibilidade de emendas à proposta de reforma administrativa.

## Expectativa na visita de FHC ao Amapá

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse ontem que a visita do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Amapá esta semana é positiva e merece o apoio da bancada parlamentar e do povo do estado. Ele lembrou que será a primeira visita do presidente ao Amapá e, por isso, está sendo aguardada com muita expectativa, principalmente em relação à assinatura do convênio de restauração da fortaleza de São José de Macapá.

Quanto ao encontro de Fernando Henrique com o presidente francês, Jacques Chirac, na Guiana, Sebastião Rocha afirmou que tem sérias divergências com o processo de colonialismo, mas acredita que o encontro não se relaciona a essa questão. "A bancada do Amapá tem apoiado as ações do governo brasileiro de intercâmbio entre Brasil e França e na fronteira do estado com a Guiana", assinalou.

O senador informou que está na pauta da reunião entre Fernando Henrique e Chirac a conclusão da rodovia que liga Caiena, na Guiana, com a capital do Amapá, Macapá. Sebastião Rocha lembrou que a fronteira do estado com a Guiana atinge 1.600 quilômetros, configurando a maior fronteira do Brasil com outro país da América do Sul.

## Simon quer mudar rotina do Senado

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) solicitou ontem que o Senado reanalise propostas que apresentou por ocasião de sua "anticandidatura" à presidência do Senado, quando foi eleito o senador José Sarney. Entre as mudanças por ele defendidas, Simon destacou a realização de uma reunião mensal de definição da pauta



Simon: economia de passagens aéreas

de trabalhos do mês posterior, que seriam desenvolvidos sem interrupção pelo tempo necessário, e, após, os senadores ficariam liberados para o trabalho no âmbito estadual. Para Simon, sua proposta implicaria economia de passagens aéreas.

Ele disse que se sentiu motivado a voltar às propostas devido ao saldo positivo e à "repercussão excepcional na sociedade" resultantes da decisão do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de convocar sessões

plenárias nos últimos sábado e domingo. Simon também explicou que, na reunião mensal, além de definir a pauta, os senadores decidiriam sobre obras a serem realizadas nas instalações do Senado.

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) salientou ter integrado comissão especial que analisou todas as propostas de mudança do Regimento Interno, englobando-as num projeto geral. Uma das alterações, disse, seria facultar ao presidente do Senado a adoção de

mudanças por um período determinado, a título de teste. Alcântara concordou que a ida dos senadores aos estados em todos os finais de semana torna os trabalhos "improdutivos".

Já o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), 1º vice-presidente da Casa, considerou que a proposta de um esfor-

ço continuado numa parte do mês, seguido por um período livre, "embute" uma concepção de que a ida aos estados seria "algo indigno". "Não participo desse sentimento geral", frisou, sugerindo que o Senado poderia realizar sessões deliberativas nas segundas e sextas-feiras.

## ACM anuncia questionário sobre as sugestões

Em resposta ao senador Pedro Simon, que voltou a sugerir mudanças na dinâmica dos trabalhos, o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que apresentará um questionário aos 81 senadores, "para que todos respondam como consideram que o Senado deve funcionar". Se a maioria decidir-se pela sugestão do senador gaúcho, por exemplo, Antonio Carlos assegurou que cumprirá a decisão.

Se não, acrescentou, Simon "será mais uma vez minoria".

Quanto à proposta de que as obras nas instalações da Casa sejam submetidas ao plenário, o presidente do Senado antecipou sua posição contrária: "O conserto de paredes é uma tarefa comum, rotineira, de dono-de-casa, desenvolvida pelo primeiro-secretário e pelo diretor-geral. Isso não é tarefa sequer do presidente do Senado", acentuou.